

**AS CIDADES ESCRAVISTAS BRASILEIRAS: ALGUMAS  
REFLEXÕES NECESSÁRIAS PARA OS ESTUDOS  
DE ESCRAVIDÃO URBANA.\***

LUIZ CARLOS SOARES

(Departamento de História da UFF)

luizcsoares@globo.com

**RESUMO**

Neste trabalho, procuraremos realizar um debate historiográfico acerca do caráter ou da natureza das cidades escravistas brasileiras a partir de uma perspectiva de relação de interdependência entre cidade e campo, recusando as teses tradicionais que afirmam a supremacia daquela primeira ou deste último na formação da sociedade escravista. Em nossa opinião, seria muito mais apropriado falarmos numa inter-relação ou relação de interdependência entre o “campo” e a “cidade” nas diversas áreas escravistas brasileiras e, talvez, até mesmo do continente americano. Interdependência esta que pressupõe uma divisão ou diferenciação espacial (geográfica) do trabalho e da organização político-social no conjunto da sociedade escravista.

A partir dos anos 1960, os historiadores e cientistas sociais começaram a prestar mais atenção aos diversos fenômenos que envolvem a problemática da escravidão urbana e o papel das cidades nas sociedades escravistas do continente americano. Embora o debate

---

\* Uma primeira versão deste texto foi preparada especialmente para apresentação no Seminário “Tendências Contemporâneas da Historiografia Brasileira”, promovido pelo Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (Minas Gerais), de 3 a 7 de dezembro de 1991. Posteriormente, este primeiro texto foi publicado com o título “Historiografia da escravidão: novos rumos (as cidades escravistas brasileiras: algumas reflexões prévias para os estudos de escravidão urbana)”, em *LPH: Revista de História*, Volume III – Número 1. Mariana, Departamento de História/Universidade Federal de Ouro Preto, 1992, pp. 161-175. A versão agora apresentada traz diversas modificações em relação à versão original, a começar pelo próprio título.

mais teórico sobre estas questões não tenha ocupado muito o interesse dos investigadores, pode-se dizer que a escravidão urbana e as cidades escravistas têm sido focalizadas a partir de duas perspectivas gerais completamente antagônicas que ressaltam, por um lado, a sua total dependência ao campo e às atividades agro-exportadoras, ou, por outro lado, a total dependência e subordinação destas às atividades urbanas. Entretanto, a nossa opinião é a de que as cidades escravistas e, conseqüentemente, as diversas modalidades da escravidão urbana estavam envolvidas numa outra dinâmica histórica, apresentando, ao mesmo tempo, uma forma de organização diferenciada das áreas rurais – como já tinha assinalado em 1964 o pioneiro historiador norte-americano, Richard Wade, no livro *Slavery in the cities: the south, 1820-1860*<sup>1</sup> – e uma associação íntima a estas áreas no contexto mais amplo da sociedade escravista, verificando-se efetivamente uma relação de interdependência entre cidade e campo, como procuraremos mostrar no decorrer deste pequeno ensaio.

Muito antes do debate mais contemporâneo acerca da natureza das cidades nas sociedades escravistas, Sérgio Buarque de Holanda, ao refletir sobre o caráter da colonização portuguesa nos trópicos em *Raízes do Brasil* (livro publicado originalmente em 1936), teceu diversos comentários sobre a “tradicional situação de dependência em que se achavam colocadas as cidades em face dos domínios agrários”, ressaltando que foi “precário e relativo o incremento das nossas cidades durante todo o período colonial”. Segundo o autor, este “estado de coisas que [caracterizou] a nossa vida colonial desde os seus primeiros tempos”, deve ser atribuído ao “predomínio esmagador do ruralismo” que levou à “pujança dos domínios rurais, comparada à mesquinhez urbana”.<sup>2</sup>

Sérgio Buarque de Holanda procurou dar mais elementos para um melhor entendimento das razões dos contrastes materiais entre as cidades e as áreas rurais do Brasil Colonial e da completa dependência daquelas primeiras em relação a estas últimas:

“Deve-se reter, todavia, este fato significativo, de que, naquele período, os centro urbanos brasileiros nunca deixaram de se ressentir fortemente da *ditadura*

---

<sup>1</sup> Richard C. WADE – *Slavery in the cities: the South, 1820-1860*. Oxford – Londres, Oxford University Press, 1964, pp. 3-110. Em meados dos anos 1970, a historiadora Claudia Dale GOLDIN procurou fazer, a partir de uma abordagem quantitativa, uma crítica às teses de WADE sobre a dinâmica e o declínio das cidades do “Velho Sul” norte-americano (sobretudo à tese da incompatibilidade entre a instituição da escravidão e a vida nas cidades), sem contestar, entretanto, a idéia da especificidade e diferenciação da escravidão urbana em relação à escravidão rural. Ver: GOLDIN – *Urban slavery in the American South, 1820-1860. A quantitative history*. Chicago, The University of Chicago Press, 1976, pp. 1-50.

<sup>2</sup> Sérgio Buarque de HOLANDA – *Raízes do Brasil*. Primeira Edição de 1936. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora – INL, 1971, pp. 57 e 60.

dos domínios rurais. É importante assinalar-se tal fato, porque ajuda a discriminar o caráter próprio das nossas cidades coloniais. As funções mais elevadas cabiam nelas, em realidade, aos senhores de terras. São comuns em nossa história colonial as queixas dos comerciantes, habitadores das cidades, contra o monopólio das poderosas câmaras municipais pelos lavradores. A pretensão dos mercadores de se ombrearem com os proprietários rurais passava por impertinente, e chegou a ser tachada de absurda pela própria Corte de Lisboa, pois o título de senhor de engenho, segundo refere o cronista [João Antônio Andreone, ou André João Antonil], podia ser considerado tão alto como os títulos de nobreza dos grandes do Reino de Portugal”.<sup>3</sup>

O autor de *Raízes do Brasil* continuava a falar sobre a pujança do campo e a pobreza dos núcleos urbanos:

“No Brasil colonial, entretanto, as terras dedicadas à lavoura eram a moradia habitual dos grandes. Só afluíam eles aos centros urbanos a fim de assistirem aos festejos e solenidades. Nas cidades apenas residiam alguns funcionários da administração, oficiais mecânicos e mercadores em geral. (...)

Idêntica, segundo outros depoimentos, era a situação das demais cidades e vilas da colônia. Sucedia, assim, que os proprietários se descuidavam freqüentemente de suas habitações urbanas, dedicando todo o zelo à moradia rural, onde estava o principal de seus haveres e peças de luxo e onde podiam receber, com ostentosa generosidade, aos hóspedes e visitantes”.<sup>4</sup>

Entretanto, para um adepto da perspectiva teórica de Max Weber, como era o Sérgio Buarque de Holanda de *Raízes do Brasil*, esta situação não era vista como um fenômeno positivo e contrastava com o papel tradicional que as cidades tinham, desde a Antiguidade, como os *loci* (locais) de poder, com seus órgãos de administração e governo, que subordinavam não apenas aos seus moradores, como também aos das áreas rurais que as cercavam. Para este autor, não era “preciso ir tão longe na história e na geografia”, pois

“Em nosso próprio continente a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa: – por uma aplicação insistente em

---

<sup>3</sup> HOLANDA – *Op. cit.*, pp. 57-58.

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*, pp. 58-59.

assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados. Um zelo minucioso e previdente dirigiu a fundação das cidades espanholas na América”.<sup>5</sup>

Desse modo, para Sérgio Buarque de Holanda, as cidades coloniais fundadas pelos espanhóis no Novo Mundo estariam muito mais adequadas ao *ideal tipo clássico weberiano* da natureza econômica e social da vida urbana do que aquelas fundadas pelos portugueses nas terras brasileiras. Mas, por outro lado, o autor de *Raízes do Brasil* deu uma grande demonstração de flexibilidade teórica ao reconhecer aquilo que, para ele, seria a particularidade da colonização lusa nos trópicos – o “*predomínio esmagador do ruralismo*” –, que seria transmitido, ainda por muito tempo, para as diversas gerações do Brasil independente.

A partir dos anos 1960, um dos primeiros historiadores que participaram do debate sobre o papel das cidades nas sociedades escravistas foi o norte-americano Eugene Genovese, que em 1965 publicou o clássico *A economia política da escravidão*. Embora não tenha abordado diretamente a questão da escravidão urbana e das cidades nas sociedades escravistas, na terceira parte de seu livro há um estudo que focaliza, a partir de uma perspectiva marxista, as atividades urbanas e industriais no Sul escravista dos Estados Unidos e tem o sugestivo título de “A subserviência da cidade ao campo”.<sup>6</sup>

Seguindo o caminho aberto por Eugene Genovese, encontramos o trabalho de Jacob Gorender, publicado em 1978, intitulado *O escravismo colonial*, já considerado um clássico da historiografia marxista brasileira. Neste livro, há um capítulo específico sobre a escravidão urbana, inserido numa parte maior com o título de “Formas peculiares da escravidão”. Todavia, as “peculiaridades” da escravidão urbana e das outras “formas” de escravidão esbarram na maior importância que as atividades agro-exportadoras têm necessariamente no conjunto das sociedades escravistas. Gorender explicita o seu ponto de vista:

---

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*, p. 62.

<sup>6</sup> Eugene D. GENOVESE – *A economia política da escravidão*. Rio de Janeiro, Pallas Editora, 1976, p. 133. O título original da edição norte-americana é *The Political economy of slavery* (Nova York, Pantheon Books, 1965).

“No escravismo colonial, o campo domina a cidade, sendo esta um apêndice daquele. Entre os núcleos populacionais alçados à condição administrativa de cidade ou de vila, poucos tinham características urbanas desenvolvidas: algumas vilas da região mineradora e os principais portos marítimos que, além de capitais provinciais, preenchem as funções de centros do comércio exterior e de entrepostos do tráfico de escravos. Vivendo na dependência da economia escravista, tais vilas e cidades realmente urbanas não podiam deixar de pautar seu modo de vida pela norma da escravidão”.<sup>7</sup>

A crítica à tese da dominação da cidade pelo campo teve o sociólogo Fernando Henrique Cardoso e o economista Paul Singer como seus pioneiros. Embora de formação marxista, Cardoso e Singer publicaram em 1972 dois ensaios, sob o título geral “A cidade e o campo”, nos *Cadernos CEBRAP* (Número 7), onde se pode notar também as fortes influências weberianas da “Escola Histórico-Sociológica Paulista”, que reforçam uma certa preeminência do papel político da cidade, numa posição muito mais próxima do ideal tipo clássico de Max Weber do que aquela defendida por Sérgio Buarque de Holanda. Nesta publicação, os dois cientistas sociais procuram fazer uma análise do papel das cidades num contexto latino-americano mais amplo, das sociedades escravistas e das outras formas de organização social implantadas com a colonização do continente, antes e depois do processo de independência política. Conseqüentemente, a tese de Cardoso e Singer é bastante geral e admite claramente a dominação do campo pela cidade desde a implantação das sociedades coloniais até o desenvolvimento de suas diversas formas neo-coloniais, após o processo de independência política na América Latina. No “Prefácio” desta publicação, os dois investigadores revelam detalhadamente a sua posição:

“O estudo da evolução da cidade latino-americana requer, em última análise, a revisão de toda a história do continente. Da história política, em primeiro lugar, pois as transformações na estrutura do poder se dão a partir das tensões e lutas que, se não se originam na cidade, nela desembocam inevitavelmente. Quando se pensa no relacionamento entre cidade e política, não é da política municipal que se trata, mas da política que se desenrola em âmbitos muito mais amplos. Neste sentido, a ‘cidade’ de que tratam estes textos não se refere a todo e qualquer agrupamento

---

<sup>7</sup> Jacob GORENDER – *O escravismo colonial*. São Paulo, Editora Ática, 1978, p. 451.

urbano, mas especificamente àqueles que sediam o poder sobre áreas muito mais vastas que o seu ‘entorno’ rural.

O estudo da evolução desta cidade exige, por isso mesmo, também a revisão histórica da economia continental. Embora a economia colonial presente, como um dos seus traços característicos, a especialização em atividades primárias – extrativas ou agrícolas – o que dá lugar a uma aparente supremacia do campo sobre a cidade, a verdadeira relação de poder se apresenta claramente aos olhos tão logo aquela economia seja encarada como um sistema de exploração. Fica claro então, que este sistema só pode subsistir na medida em que as relações de produção, que apresentam, em geral, um caráter de ‘imposição’, são mantidas e preservadas mediante o exercício de um poder de persuasão e de coerção, cuja base é constituída pela cidade. Neste sentido, é a cidade que impõe ao campo a dominação colonial externa, numa fase da história latino-americana, e a dependência, em suas múltiplas formas neo-coloniais, nas fases seguintes”.<sup>8</sup>

A tese da dominação do campo pela cidade também foi defendida em 1976 por Raymundo Faoro, ao analisar, como base numa perspectiva claramente weberiana, a extensa obra do grande romancista Machado de Assis (*Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*). Para Faoro, a cidade no Brasil Imperial era o centro de dominação política de um “estamento burocrático”, produzido por um “capitalismo politicamente orientado”, que, com suas influências, envolvia a “aristocracia rural” e a fazia compartilhar dos mesmos valores e interesses políticos de uma burocracia de natureza nitidamente urbana. Eis alguns dos argumentos de Faoro:

“A sociedade agrária é um reflexo da sociedade urbana – diga-se em oposição à corrente dominante na história brasileira. Ela aparece no contexto de problemas que não são seus, ou em virtude de crises que a cidade alimenta e projeta no campo. Excepcionalmente, só excepcionalmente o enredo é todo rural, com suas paixões e dramas. (...)”

Pela força da máquina, colada a todos os poros do organismo político, os fazendeiros não eram senão os cortesãos dos ministérios, decorados com baronias,

---

<sup>8</sup>Fernando Henrique CARDOSO e Paul Israel SINGER – “Prefácio”, em *Cadernos CEBRAP*, Número 7 (“A cidade e o campo”). São Paulo, CEBRAP, 1972, pp. 1-2 (grifos dos autores).

comendas e patentes. Atrás do real poder, urbano por natureza, estava a imensa camada das *influências* enraizadas no estamento político, vizinhas à intermediação que alimentava os comerciantes, comissários e banqueiros”.<sup>9</sup>

Em nossa opinião, as duas teses são insuficientes para analisar o papel das cidades nas sociedades escravistas, em particular na sociedade escravista brasileira, pelo fato de desenvolverem perspectivas deterministas ou unilaterais que privilegiam um dos níveis da realidade social, subordinando os outros à sua lógica de funcionamento. A primeira tese, sobretudo na vertente defendida por Genovese e Gorender, privilegia uma abordagem exclusivamente econômica da sociedade, e a segunda, defendida por Cardoso, Singer e Faoro, privilegia a dimensão política da sociedade e do papel das cidades nas sociedades escravistas e também não-escravistas do continente.

No caso de Sérgio Buarque de Holanda, embora a sua visão de “ruralismo” seja abrangente e inclua as esferas econômicas, políticas e culturais da sociedade, manifesta-se uma perspectiva bastante unilateral quando as suas reflexões reduzem ou simplesmente diluem o papel das cidades na sociedade escravista do Brasil Colonial, reduzindo-as a um apêndice da atuação dos grandes proprietários rurais.

Todavia, a partir dos anos 1970, iniciou-se um processo internacional de renovação do conhecimento histórico a partir de um debate teórico mais geral acerca da “sociedade” e da sua formação, que teve como seus maiores expoentes Edward P. Thompson (historiador marxista inglês), Cornelius Castoriadis (filósofo marxista greco-francês), Claude Lefort (filósofo francês também marxista Michel Foucault (filósofo e historiador francês que foi um dos responsáveis pela retomada da perspectiva nietzscheana) e alguns historiadores componentes da chamada “Nova História Francesa”, entre os quais se destacam Georges Duby, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Jacques Revel e Michel Vovelle. Neste debate amplo e multifacetado, o mecanicismo, o reducionismo economicista e a dialética teleológica são intensamente criticados e a “sociedade” passou a ser entendida não mais como um objeto dado e determinado *aprioristicamente*, mas como um objeto resultante da articulação de múltiplas práticas e relações sociais, todas elas importantes e fundamentais para a formação

---

<sup>9</sup> Raymundo FAORO – *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976, pp. 24 e 28 (grifos do autor).

social, como já tinham adiantado, no início do século XX, os fundadores dos *Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre.<sup>10</sup>

Para um melhor entendimento da dinâmica geral das sociedades, é necessário abandonarmos estas perspectivas unilaterais ou deterministas e percebermos a formação de qualquer tipo de sociedade como um resultado da interação de múltiplas práticas e relações sociais, todas elas de fundamental importância. Isto significa que as sociedades são formadas, produzidas, por uma variedade de práticas sociais que envolvem relações econômicas, políticas, jurídicas, mentais, culturais, etc., constituindo-se elas mesmas relações de poder de diversos níveis e instâncias. As práticas sociais se entrecruzam, produzindo sempre novos efeitos e as pessoas não estão imunes a estas práticas e a estes efeitos. São elas mesmas que entabulam estas práticas cujos efeitos recaem sobre a sua vida cotidiana mais imediata. As sociedades não vivem das estruturas abstratas. Vivem, sim, das práticas e relações cotidianas produzidas no convívio quase sempre conflituoso das pessoas que as constroem, ou seja, estruturas ou formas de organização dinâmicas. Portanto, ao invés de determinação exclusiva de um domínio particular da realidade social, seria muito mais apropriado falarmos na multi-determinação ou na sobre-determinação das diversas esferas componentes da sociedade, inclusive porque, dentro desta perspectiva, seria muito difícil delimitarmos os limites precisos de cada uma das esferas da vida social.<sup>11</sup>

Entretanto, a tese de Fernando Henrique Cardoso e Paul Singer, excluindo o papel exagerado das cidades no contexto latino-americano, fornece-nos muitos elementos para redimensionar a dinâmica das cidades escravistas e a problemática da escravidão urbana.

---

<sup>10</sup> Para a perspectiva marxista anti-determinista, anti-economicista e anti-teleológica de Edward P. THOMPSON, e sua consistente crítica ao “marxismo ortodoxo”, ver deste autor: *The making of the English working class*. Londres, Penguin Books, 1991; *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona, Editorial Crítica, 1979; e *Customs in common*. Londres, The Merlin Press, 1991. Críticas marxistas, também consistentes, ao “marxismo ortodoxo” são provenientes de Cornelius CASTORIADIS, em *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982; e Claude LEFORT – *As formas da história*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979. As críticas de Michel FOUCAULT às perspectivas teóricas deterministas e teleológicas e às “metafísicas totalizadoras” (incluindo aí as visões mais ortodoxas do marxismo) podem ser vistas numa coletânea de artigos escritos nos anos 1970 e publicada primeiramente no Brasil sob o título *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979. Sobre o debate acerca da sociedade realizado pelos autores da “Nova História Francesa”, ver: Guy BOURDÉ e Hervé MARTIN – *Les écoles historiques*. Paris, Éditions du Seuil, 1983 (especialmente o Capítulo VII – “L’École des Annales”, e o Capítulo VIII – “L’histoire nouvelle, héritière des ‘Annales’”, respectivamente pp. 171-226 e 280-288); e Jacques REVEL – *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro – Lisboa, Bertrand Brasil – DIFEL, 1989 (especialmente o Capítulo I – “História e Ciências Sociais: os paradigmas dos Annales”, pp. 13-41).

<sup>11</sup> Sobre a multi-determinação ou sobre-determinação das diversas esferas componentes da sociedade no processo de formação da mesma, ver as referências bibliográficas da nota anterior.



Em primeiro lugar, parece-nos muito apropriada a perspectiva dos dois investigadores ao inserirem as cidades latino-americanas, e as escravistas em particular, num contexto muito maior de um sistema de produção e exploração internacional que se organiza a partir da colonização europeia no continente americano e, posteriormente, sofre grandes modificações com o advento da Revolução Industrial, a ruptura do *pacto colonial* e o processo de independência dos países latino-americanos. Este último, por sua vez, representa um “divisor de águas” na vida das sociedades do continente e demarca a existência de dois períodos históricos distintos. É dentro das particularidades destes dois períodos distintos que devemos situar a problemática urbana – e mesmo a problemática rural – nas sociedades escravistas e nos outros tipos de sociedade do continente.<sup>12</sup>

Por outro lado, já nos fixando no caso particular da sociedade escravista brasileira, é necessário estabelecermos uma distinção, que na realidade não é nada formal entre “cidades” e “vilas” e, conseqüentemente, relativizarmos as dimensões da vida urbana antes e depois da ruptura do *pacto colonial* e do processo de independência política do Brasil. Emília Viotti da Costa, num ensaio publicado em 1977, intitulado “Urbanização no Brasil no século XIX”, captou muito bem as diferenças do fenômeno urbano brasileiro desde a época colonial, estabelecendo uma clara distinção entre as vilas do interior do país e as cidades litorâneas que funcionavam como portos exportadores e importadores, além de serem centros político-administrativos. Só estas, na realidade, desenvolveram as características nitidamente urbanas encontradas nas cidades europeias. As vilas interioranas eram, na sua totalidade, pequenos núcleos populacionais que congregavam um pequeno comércio varejista e as limitadas atividades da administração municipal, que vivia sob controle exclusivo dos grandes proprietários de terras e escravos – os “potentados rurais”.<sup>13</sup> Gorender, na citação acima reproduzida, concorda com Emília Viotti da Costa no que se relaciona à dimensão do fenômeno urbano nos principais portos exportadores e nas vilas interioranas, mas chega a admitir que, no caso das principais vilas da região mineradora,

---

<sup>12</sup> SINGER – “Campo e cidade no contexto histórico latino-americano”, em *Cadernos CEBRAP. Op. cit.*, pp. 3-27; e CARDOSO – “A cidade e a política”, em *Cadernos CEBRAP. Op. cit.*, pp. 29-61.

<sup>13</sup> Emília Viotti da COSTA – “Urbanização no Brasil no século XIX”, em *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977, pp. 179-189.

estas também chegaram a desenvolver, no século XVIII, algumas características da vida urbana.<sup>14</sup>

Para Viotti da Costa, o quadro da limitada vida urbana no Brasil Colonial ficaria inalterado depois da independência política do país e nem mesmo as transformações ocorridas na segunda metade do século XIX chegaram a alterá-lo. A autora argumenta:

“A sobrevivência da estrutura de produção colonial no Brasil depois da Independência, a trabalho escravo ou semi-servil, o latifúndio, a economia baseada na exportação de produtos tropicais, bem como a instituição de um sistema político paternalista baseado num sistema de clientela e na marginalização de extensas camadas da sociedade, foram responsáveis no século XIX por um tipo de urbanização fundado na análise do processo urbano nas áreas centrais do sistema capitalista. As transformações ocorridas na segunda metade do século XIX: desenvolvimento de ferrovias, imigração, abolição da escravatura, crescimento relativo do mercado interno, e incipiente industrialização não foram de molde a alterar profundamente os padrões tradicionais de urbanização que se definiram no período colonial quando, com exceção dos principais portos exportadores, os núcleos urbanos tiveram escassa importância vivendo na órbita dos potentados rurais”.<sup>15</sup>

Na realidade, falar de “cidade” no Brasil, tanto na época colonial como depois do processo de independência, significa colocar nesta categoria apenas as cidades litorâneas – os principais portos exportadores –, devendo-se evitar a inclusão nela dos pequenos núcleos populacionais do interior, que a tradição da administração colonial portuguesa denominou muito apropriadamente de “vilas”. Eram estes núcleos interioranos que estavam na dependência direta das atividades agro-exportadoras e se constituíam em palco das disputas dos grandes proprietários pelo exercício do poder local e, depois da independência, em base de organização da sua intervenção política em níveis mais amplos (provincial e nacional).

De acordo com Richard Morse, num trabalho publicado em 1975, nos *Cadernos CEBRAP* (Número 22), intitulado “A evolução das cidades latino-americanas”, seria impossível falar, nas áreas escravistas do continente, da problemática urbana do século

---

<sup>14</sup> GORENDER – *Op. cit.*, p. 451.

<sup>15</sup> COSTA – *Op. cit.*, p. 179.

XIX, ou do período posterior à independência, sem relacioná-la ao desenvolvimento da agricultura de *plantation* e vice-versa. Todavia, esta problemática deve ser vista dentro de uma perspectiva de diferenciação, muito próxima da apresentada por Viotti da Costa, que estabelece dois níveis de estruturação dos núcleos urbanos: um nível “nacional” e outro “local”, que seriam respectivamente as grandes cidades marítimas, importantes para a articulação da economia nacional com os mercados internacionais, e os pequenos núcleos e cidades do interior, mais próximos das atividades da *plantation*. Morse assinala, de forma tópica, os elementos desta diferenciação, que interferem diretamente na questão da urbanização nas sociedades escravistas do século XIX:

“Conseqüentemente, podemos concluir que a correlação entre a urbanização e a difusão da agricultura de *plantation* é forte em nível nacional:

- os portos marítimos estratégicos se desenvolvem;
- o investimento estrangeiro cria novos mecanismos e instituições financeiras;
- as exportações trazem dinheiro para o embelezamento e os serviços das capitais;
- os proprietários de terras participam da política nacional e mudam suas residências para as sedes do poder;

Em nível local, porém, a correlação é menos segura:

- a nova infra-estrutura de serviços pode se concentrar nos latifúndios, e não nas cidades pequenas;
- as redes urbanas regionais podem continuar fracas;
- as aldeias tradicionais podem se desintegrar sem que sejam substituídas por pequenas cidades comerciais, por causa do monopólio de serviços exercido pela *plantation*;
- a força de trabalho rural ganha mobilidade espacial e entra na economia monetária, mas os novos consumidores podem se mudar para as cidades maiores ao invés de permanecerem em cidades pequenas”.<sup>16</sup>

No final do século XVIII e início do século XIX, no litoral brasileiro, existiam grandes e pequenas cidades, mas as que apresentavam características nitidamente urbanas, se comparadas com os padrões urbanos europeus, eram Rio de Janeiro, Salvador, Recife,

---

<sup>16</sup>Richard MORSE – “A evolução das cidades latino-americanas”, em *Cadernos CEBRAP*, Número 22. São Paulo, CEBRAP, 1975, pp. 34-35 (grifos do autor).

São Luís e Belém (esta última era o grande centro das áreas extrativistas não-escravistas amazônicas). São estes centros litorâneos que, efetivamente, podem ser chamados de cidades e, antes de serem dominados pelo “campo” ou dominarem a este, desempenhavam um papel fundamental na articulação ou intermediação comercial e financeira do conjunto da economia agro-exportadora com os mercados internacionais. Sem contar que eram os núcleos em que se estabeleciam os mecanismos e as instituições da dominação colonial e onde se garantia não só o domínio político-militar das áreas coloniais brasileiras, como também, através deste, o monopólio comercial e o fluxo de grande parte do excedente produzido para a metrópole. Nesta perspectiva, seria muito mais apropriado falarmos numa inter-relação ou relação de interdependência entre o “campo” e a “cidade” nas diversas áreas escravistas brasileiras e, talvez, até mesmo do continente americano. Interdependência esta que pressupõe uma divisão ou diferenciação espacial (geográfica) do trabalho e da organização político-social no conjunto da sociedade escravista. “Campo” e “cidade” são espaços organizados diferentemente, mas intimamente articulados na dinâmica geral da sociedade escravista.

Depois da ruptura do pacto colonial, em 1808, com a abertura dos portos brasileiros às “nações amigas”, e com o desenrolar do processo de independência, o papel da articulação comercial e financeira das cidades se ampliou consideravelmente. Estas passaram a desenvolver direta e integralmente a intermediação da economia agro-exportadora com os mercados consumidores internacionais, e principalmente com a Grã-Bretanha. Já não existiam mais os “entraves” representados pelo monopólio de Lisboa no comércio de exportação e importação e no financiamento das diversas atividades agro-exportadoras. Os grupos monopolistas portugueses perderam uma parcela considerável dos lucros produzidos na comercialização dos produtos brasileiros exportados e tiveram que ceder praticamente o controle das importações para os comerciantes britânicos.

Além disso, com a instalação da sede do “império” português no Rio de Janeiro, a vida política brasileira ganhou uma nova dimensão, mesmo porque até a eclosão da Revolução do Porto, em 1820, existia um claro interesse da monarquia lusa em se estabelecer definitivamente no Brasil, visto agora como a sua principal fonte de sustentação econômico-financeira. Inclusive, muitos dos antigos comerciantes monopolistas tiveram que se adaptar à nova situação de “livre comércio” e transferiram para as cidades brasileiras

a administração direta dos seus negócios. Tão logo, estabeleceu-se uma aliança de interesses entre estes comerciantes, os altos funcionários da administração portuguesa e os grandes proprietários de terras e escravos, que, com a instalação da Corte no país, sentiram a possibilidade de participação mais direta na vida política e na defesa de seus interesses.

Como muito bem assinalou Maria Odila Silva Dias, num ensaio de 1972, intitulado “A interiorização da metrópole (1808-1853)”, este “enraizamento de interesses portugueses” foi muito mais intenso no Sudeste (Centro-Sul) brasileiro, sobretudo nas capitanias e depois províncias (com a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815) do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, cimentando as bases da independência política brasileira depois que as Cortes portuguesas, estabelecidas com a Revolução do Porto, exigiram o retorno da Família Real para Lisboa e a imediata recolonização do Brasil. Com a permanência de D. Pedro de Alcântara como Príncipe Regente, a aliança de interesses formada pelos grandes proprietários, comerciantes e altos funcionários da administração, com todo apoio do governo britânico, pôde resistir às tentativas de recolonização e, depois do fracasso do estabelecimento de um regime de Monarquia Dual, devido à intransigência das Cortes lusas, formalizou-se a ruptura política com Portugal e a constituição do Império brasileiro, que adotou uma organização política centralizada.<sup>17</sup>

A cidade do Rio de Janeiro, como capital do Império, se transformou numa “metrópole interiorizada” e durante toda a primeira metade do século XIX foi vista pelos grupos dominantes das outras províncias, sobretudo do Nordeste e Extremo-Sul do país, exercendo o odiosíssimo papel que outrora Lisboa desempenhara, o que contribuiu para a eclosão de diversas revoltas provinciais de cunho separatista, reprimidas pelo governo central de forma violenta.<sup>18</sup> O perigo separatista, como mostrou muito bem Ilmar Rohloff de Mattos, deixou de existir somente com a estabilidade do regime imperial, alcançada no início dos anos 1850, materializada na formação, em 1853, do “Gabinete da Conciliação” chefiado pelo Marquês do Paraná, que significou o rearranjo das forças políticas do país e maior participação e atendimento dos interesses dos grupos provinciais no jogo político nacional, sem que contudo fosse ameaçada a hegemonia dos grupos do Sudeste e,

---

<sup>17</sup> Maria Odila L. da SILVA DIAS – “A interiorização da metrópole (1808-1853)”, em Carlos Guilherme MOTTA (Org.) – *1822: Dimensões*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972, pp. 165-171.

<sup>18</sup> SILVA DIAS – *Op. cit.*, pp. 173-174.

particularmente, dos “Saquaremas” da região fluminense (Corte e província do Rio de Janeiro) que construíram a direção conservadora e centralizadora do Império. A partir daí, a cidade do Rio de Janeiro deixou de ser considerada pelos grupos políticos de outras regiões como uma nova “metrópole colonial” e passou a ser vista, efetivamente, como a capital de um novo Império, que tinha nas capitais provinciais, muitas delas grandes e pequenas cidades litorâneas, os *loci* de exercício do poder regional da classe senhorial.<sup>19</sup>

Por outro lado, o papel de “metrópole interiorizada”, representado pela cidade do Rio de Janeiro, deve ser também relativizado. Se num sentido estrito, por força da centralização política do Império e da hegemonia dos grupos do Sudeste na construção do Estado Nacional, o Rio de Janeiro desempenhava o mencionado papel, devemos lembrar que muitas das atribuições político-administrativas, antes desempenhadas por Lisboa, foram também transferidas para as outras cidades litorâneas brasileiras (grandes e pequenas), que foram erigidas em capitais provinciais. Sem esquecer, como dissemos acima, que estas cidades se tornaram centros de intermediação comercial e financeira da economia agro-exportadora com os mercados internacionais. Por isso, dando um sentido um pouco diferente ao processo estudado por Maria Odila Silva Dias, podemos dizer que o processo de “interiorização da metrópole” tem uma dimensão bem mais ampla, pelo fato de serem transferidas para as cidades litorâneas as atribuições que outrora pertenceram a Lisboa, embora ficasse o Rio de Janeiro com grande parte destas atribuições devido à natureza centralizadora do Estado.

Com a ruptura do pacto colonial e a separação formal de Portugal, as cidades brasileiras puderam ampliar o seu papel de centros de intermediação comercial e financeira. Para elas transferiram-se, como dissemos acima, muitos dos antigos comerciantes monopolizadores que operavam em Lisboa e que passaram a operar no comércio interno e disputar com os comerciantes britânicos, que também se estabeleceram em grande número, algumas fatias do comércio exportador-importador, sendo que os britânicos tinham o controle quase que total da importação de produtos industrializados, produzidos (em sua maioria) em seu próprio país. Não podemos esquecer que, embora fossem muitas as pressões britânicas para a abolição do tráfico negreiro africano a partir de 1808, com a “interiorização” de seu controle, um volume considerável de capitais se concentrou nas

---

<sup>19</sup> Ilmar Rohloff de MATTOS – *O tempo saquarema*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1987, pp. 129-191.

idades litorâneas (principalmente Rio de Janeiro e Salvador) por toda a primeira metade do século XIX, propiciando aos comerciantes envolvidos uma sólida base de operações e muita influência política, materializada na protelação, pelas autoridades brasileiras, da proibição definitiva do tráfico africano aprovada pelo parlamento em 1831. Nesta protelação, eles tiveram o apoio decisivo dos grandes fazendeiros do país, interessados na continuidade da sua principal fonte de reposição da mão-de-obra escrava e, principalmente, dos grandes cafeicultores do Vale do Paraíba, que sem a reposição imediata do braço cativo viam ameaçada a expansão de suas lavouras e o atendimento à demanda internacional sempre crescente. Com a proibição efetiva do tráfico africano em 1850, os capitais pertencentes a estes negociantes foram investidos em outras atividades comerciais e financeiras, dinamizando ainda mais a vida econômica das grandes cidades brasileiras.<sup>20</sup>

Antes do surgimento da rede bancária, nos anos 1850, muitos comerciantes operavam como grandes emprestadores de dinheiro, alguns deles representando até mesmo casas bancárias da Inglaterra. Com a aprovação em 1850 do Código Comercial, a constituição de instituições bancárias foi extremamente facilitada e muitos destes comerciantes formalizaram os seus negócios constituindo bancos e alguns deles, como o Barão e depois Visconde de Mauá, associaram-se nestas instituições a banqueiros britânicos. Muitos bancos foram formados com a associação de capitais pertencentes a comerciantes envolvidos anteriormente com o tráfico negreiro africano, constituindo-se em empresas de participação acionária, mas estes capitais, como já foi assinalado, não ficaram restritos somente à atividade bancária. Com a permissão do novo Código Comercial, foram criadas muitas empresas de serviços urbanos (transportes de carga e passageiros, iluminação pública, serviços de esgoto e limpeza pública, etc.), que se organizaram também

---

<sup>20</sup> Sobre o tráfico negreiro africano e a “interiorização” de seu controle nas principais cidades brasileiras, no século XIX, ver: Leslie M. BETHELL – *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro – São Paulo, Editora Expressão e Cultura e EDUSP, 1976, pp. 15-94; Robert E. CONRAD – *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985, pp. 66-138; e Luiz Henrique dias TAVARES – *Comércio proibido de escravos*. São Paulo, Editora Ática, 1988, pp. 15-68. Para estudos mais recentes sobre este fenômeno, ver: Jaime RODRIGUES – *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, Editora da UNICAMP/CECULT, 2000; e *O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo, Editora Ática, 1997; Luiz Felipe ALENCASTRO – *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000; Manolo Garcia FLORENTINO – *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995; e João Luís Ribeiro FRAGOSO – *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1991.

como empresas de participação acionária atraindo muitos capitais dos antigos traficantes negreiros e do público em geral. Não podemos deixar de mencionar ainda a criação das estradas de ferro, que ligaram as áreas das lavouras de exportação às cidades-portos a partir dos anos 1850, adotaram a mesma forma de organização empresarial e atraíram a participação de capitais de comerciantes e grandes fazendeiros. Por outro lado, a formação de muitas empresas de participação acionária estimulou o surgimento de um incipiente mercado de capitais nas principais cidades brasileiras e o seu efeito mais expressivo foi a transformação da antiga Praça do Comércio do Rio de Janeiro numa Bolsa de Valores, criada à imagem das Bolsas que funcionavam nos grandes centros do capitalismo na Europa e dos Estados Unidos, atraindo investimentos dos setores mais ricos e intermediários da sociedade (funcionários públicos, militares, profissionais liberais, pequenos comerciantes e industriais, etc.).<sup>21</sup>

As cidades brasileiras, como centros de articulação da economia agro-exportadora com os mercados internacionais, tiveram que responder à conjuntura de crescimento econômico nacional e mundial de meados do século XIX, promovendo uma série de transformações que representaram o início de um efetivo processo de urbanização no país, que se aprofundou no decorrer da segunda metade do século na medida em que se reforçavam as suas atribuições como centros de intermediação e se verificavam tanto o crescimento da economia agro-exportadora, como o do capitalismo internacional. Neste processo, pequenas cidades como Fortaleza e Porto Alegre, em virtude de um considerável crescimento econômico regional e de sua articulação com outras regiões do país, foram também alçadas à condição de grandes centros urbanos e a cidade do Rio de Janeiro consolidou a sua posição de maior núcleo urbano nacional e um dos maiores do continente, não só pelo fato de ser a capital do Império, mas, sobretudo, por ser o grande centro de intermediação da riquíssima região cafeeira do Vale do Paraíba, a região mãos próspera do país até os anos 1880. Contudo, São Paulo, que até o início dos anos 1870 não passava de uma pequena cidade do planalto da Serra do Mar, experimentou, a partir desta década, um

---

<sup>21</sup> Richard GRAHAM – *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973, pp. 31-78; Maria Bárbara LEVY – *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1977, pp. 33-105; Eulália Maria L. LOBO – *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*, Volume I. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, pp. 153-159; e Almir Chaiban EL-KAREH – *Filha branca de mãe preta: a companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II (1855-1865)*. Petrópolis, Editora vozes, 1982, pp. 11-128.



crescimento considerável em virtude da expansão cafeeira no Oeste paulista e de ser o ponto intermediário entre as áreas cafeeiras desta região e o porto exportador de Santos, crescimento este que, antes do final do século XIX, transformou a capital “bandeirante” numa das maiores cidades do país. De modo geral, as grandes transformações verificadas nas cidades brasileiras, a partir de meados do século XIX, fizeram o país assistir pela primeira vez ao que Caio Prado Junior denominou de um certo “progresso moderno e uma certa riqueza e bem estar material”.<sup>22</sup>

Diante do que foi exposto acima, achamos que não tem nenhum sentido insistir na polêmica da dominação da cidade pelo campo, ou deste por aquela, quando analisamos os diversos aspectos da vida na sociedade escravista. Campo e cidade formam espaços sociais diferenciados, mas intimamente associados na dinâmica da sociedade escravista. Antes de serem produtos da lógica de uma estrutura social existente *aprioristicamente*, como querem muitos historiadores e cientistas sociais, as relações diferenciadas e articuladas entre campo e cidade nas diversas esferas econômicas, políticas, jurídicas, mentais, culturais, etc., produzem efetivamente a dinâmica geral da sociedade escravista. A totalidade social é muito mais um resultado destas relações diferenciadas e articuladas do que uma racionalização conceitual abstrata que serve de referência para a análise das relações sociais concretas.

Estas reflexões nos parecem fundamentais para os estudos da escravidão urbana. Não devemos considerá-la como uma forma de escravidão determinada ou dominada pela dinâmica da escravidão nas áreas agro-exportadoras, mas uma forma diferenciada dela: interligada, mas com um relativo grau de autonomia. As duas formas de escravidão exibem similaridades, principalmente no que se refere à necessidade da violência para a manutenção da ordem social. Porém, a relação senhor-escravo na cidade não apenas envolve atividades econômicas distintas daquelas das áreas agro-exportadoras, como

---

<sup>22</sup> Caio PRADO JUNIOR – *História econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1969, p. 166. e COSTA – *Op. cit.*, pp. 193-208. Sobre o crescimento da cidade de São Paulo, a partir dos anos 1870, ver: MORSE – *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970, pp. 171-269; e Zélia Maria Cardoso de MELLO – *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1985, pp. 63-147.

também diferentes formas de dominação e controle social, como demonstraram trabalhos mais recentes de historiadores, seguindo a linha das reflexões pioneiras de Richard Wade.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Entre os trabalhos mais recentes que focalizam os diversos aspectos da escravidão nas cidades brasileiras, ver: SILVA DIAS – *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984; João José REIS – *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986; Leila Mezan ALGRANTI – *O feitor ausente. Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro: 1808-1822*. Petrópolis, Editora Vozes, 1988; Sidney CHALHOUB – *Visões de liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990; Mary C. KARASCH – *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2000; e Luiz Carlos SOARES – *O “Povo de Cam” na capital do Brasil. A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro, FAPERJ – Editora 7 Letras, 2007.